

Caroline Rodrigues Silva

Fundação Getúlio Vargas

(São Paulo, SP, Brasil)

caroline_rodrigues@hotmai.com

ORCID 0000-0001-7813-2255

Louise Rodrigues Silva

Universidade Federal de Lavras

(Minas Gerais, MG, Brasil)

louiserodrigues@ gmail.com

ORCID: 0000-0002-1933-1198

Filipe Augusto Rodrigues Silva

Universidade Federal de Minas Gerais

(Belo Horizonte, MG, Brasil)

filipe.rodrigues@hotmai.com

ORCID 0000-0003-3538-9039

Neoliberalismo “à brasileira”: “quem tem tudo menos cor, onde cor importa demais¹”

Neoliberalism “Brazilian style”: “who has everything but color, where color matters a lot

RESUMO

Esse ensaio teórico buscou refletir sobre o neoliberalismo contemporâneo. A partir da história do Brasil, interseccionada por opressões, as quais foram, sistematicamente, engendradas e convergiram em estruturas racistas, capitalistas e heterocispatriarcais. Iniciamos com a reflexão de que, mesmo o capitalismo, seguindo uma lógica, é diferenciado pelo processo histórico nos modos de produção e na acumulação primitiva situados no espaço e no tempo. O fio condutor historiográfico permitiu uma viagem resgate ao passado, não tão distante, até o contemporâneo. Foi negritado o modelo neoliberal e a eminente política da morte para a sociedade não considerada produtiva nos moldes neoliberalista brasileiro. Por fim, perguntas reflexivas foram expostas a fim de provocar novos pensares dos e nos estudos organizacionais, além de propostas de novas abordagens para estudos futuros. O estudo contribui para o campo dos estudos organizacionais ao reconstruir um processo histórico silenciado e ao problematizar perspectivas hegemônicas em administração, as quais são importadas de outros contextos sócio históricos de maneira acrítica e a-histórica, o que contribui para a manutenção da colonização do poder/saber.

Palavras-Chave: neoliberalismo; raça; gênero; colonialidade; interseccionalidade.

ABSTRACT

This theoretical essay sought to reflect on contemporary neoliberalism. The history of Brazil intersected by oppressions, which were systematically engendered and converged in racist, capitalist and heterocispatriarcal structures. I begin with the reflection that even capitalism, following a logic, is differentiated by the historical process in the modes of production and primitive accumulation situated in space and time. The historiographical thread allowed a trip to the past, not so distant, until the contemporary. The neoliberal model and the eminent death policy for society not considered productive in the Brazilian neoliberal models were highlighted. Finally, reflective questions were exposed to provoke new thinking from and in organizational studies and proposals for new approaches for future studies. The study contributes to organizational studies by reconstructing a silenced historical process and problematizing hegemonic perspectives in administration, which are imported from other socio-historical contexts in an uncritical and ahistorical manner, which contributes to the maintenance of the colonization of power /know.

Keywords: neoliberalism; race; gender; coloniality; intersectionality.

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Endereço

Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras

29.075-910, Vitória-ES

gestaoeconexoes@gmail.com

gestaoeconexoes@ccje.ufes.br

http://www.periodicos.ufes.br/ppgadm

Coordenação

Programa de Pós-Graduação em

Administração (PPGADM/CCJE/UFES)

Recebido em: 04/12/2021

Aceito em: 08/12/2021

Publicado em: 18/01/2022

¹ Música do álbum “AmarElo” – Emicida, Larissa Luz, Fernanda Montenegro. No dia 30 de outubro de 2019, o rapper paulista Emicida lançou o álbum “Amarelo”, uma das faixas do álbum é a música “Ismália feat Larissa Luz e Fernanda Montenegro”. A canção “Ismália” é inspirada no poema de mesmo nome, cujo o autor da poesia é Alphonsus de Guimaraens.de Guimaraens.

Introdução

Esse ensaio teórico buscou refletir sobre o neoliberalismo contemporâneo. Para isso, recordamos a música “Ismália” do álbum “AmarElo”, do Emicida, cantada por Emicida, Larissa Luz, e declamada por Fernanda Montenegro. A música nos lembra que existe pele alva [branca], e pele alva [negra], ao passo que a primeira “tem tudo menos cor, onde cor importa demais”. O “tudo” nesse contexto é o direito de existir apontando o alvo na sociedade brasileira contemporânea por meio do mecanismo neoliberal, interseccionado com raça e gênero. Nesse sentido, para discutir o neoliberalismo contemporâneo brasileiro, esse trabalho resgata a história do Brasil, marcada por opressões, as quais foram, sistematicamente, engendradas e convergiram em estruturas racistas, capitalistas e heterocispatriarcais (Akotirene, 2019; Crenshaw, 2004). Iniciamos com a reflexão de que, mesmo o capitalismo, seguindo uma lógica, é diferenciado pelo processo histórico nos modos de produção e na acumulação primitiva situados no espaço e no tempo (Fraser & Jaeggi, 2020).

Temos como objetivo contextualizar o Brasil na história e situar como o sistema capitalista, contemporaneamente operado pelo modelo neoliberal, é palco e ator das estruturas organizativas. Para isso, resgatamos o cenário dispare que possibilitou o surgimento do modelo econômico capitalista como hegemônico no país. Em paralelo, negritamos a diferença dos modelos europeus pré-capitalistas, pois compreendemos existir uma dinâmica exploratória imperialista colonial, bem como centralizamos a história brasileira, ao desmistificar a compreensão de que, ao falarmos de neoliberalismo, racismo e heterocispatriarcado, temos modelos hegemônicos e generalizantes nas nações. Nesse contexto, a seguinte pergunta é posta: Como, a partir da perspectiva histórica, representada contemporaneamente pelo neoliberalismo à brasileira, os modelos interseccionais de opressões calcados em raça, gênero e classe foram forjados?

Lembramos que, “o que diferencia as épocas econômicas não é “o que” é produzido, mas “como”, “com que meios de trabalho” (Marx, 2011, p. 329). Com essa afirmação de Marx, é importante ressaltar que o sistema de acumulação primitiva se organizou em contextos sociais e históricos divergentes. Na linha do tempo de tais construções pré-capitalistas, a Europa se organizava como sociedade entre o sistema feudal, o mercantilismo e as relações de construções díspares de gênero que impactaram e impactam os modos de organizar da economia política (Federici, 2017). Sincronicamente, o Brasil fora colonizado, pela Europa representada por portugueses, os quais traficaram pessoas retiradas do continente África (Gorender, 1990).

Nesse contexto, o modelo de colonização, por meio da escravização, ultrapassa a história e é intrínseco às histórias de Brasil, África e Europa e foi motor dos moldes econômicos da época e, porque não dizer, da atualidade. O modelo de colonização escravocrata se deu em múltiplos continentes: América, Europa, África, e em modelos civilizatórios anteriores vivenciados por meio de guerras e invasões (Gorender, 1990). É preciso ressaltar que, para o Brasil, a colonização se diferencia, enquanto modelo econômico e de sociedade, pois as pessoas escravizadas foram a base de todo o processo produtivo da constituição do país. Diferentemente, por exemplo, dos EUA, que foi constituído por pessoas escravizadas no sul, bem como estados livres, os quais respondiam a um mesmo poder colonizador (Davis, 2016; Gorender, 1990).

Não pretendemos hierarquizar opressões entre países, mas sim concentrar o enfoque dessa discussão nas especificidades brasileiras para melhor compreender as bases capitalistas nas quais estamos inseridos, enquanto sociedade e, conseqüentemente, enquanto organizações. O Brasil fora colonizado pelos portugueses, em 1500, e “liberto” da escravização, por força da lei, em 1888- não desconsideramos aqui todo o processo de resistência e de libertação da população negra (Gorender, 1990), que será tratado mais adiante.

Essa base é importante, visto que, em nossa sociedade, temos 388 anos de modelo escravista como modelo de sociedade frente a apenas 134 de formação capitalista. Ante esse contexto, abordamos o conceito de escravismo colonial: sistema anterior ao capitalismo, instituído, no Brasil, orientado pelo cerne da colonização europeia, a partir das pessoas escravizadas, como centro da acumulação primitiva (Gorender, 1990). Equitativamente, incorporamos o instrumento teórico metodológico da interseccionalidade que versa sobre a indissociabilidade estruturante racista, capitalista e cisheteropatriarcal (Akotirene, 2019; Crenshaw, 2004) para, assim, situar o Brasil na dinâmica histórica política e econômica estrutural. Nesse ponto, ressaltamos que, apesar de estar negritando as estruturas, são possíveis modelos contrários aos hegemônicos, contudo, é preciso haver intenção e ação.

Sublinhamos que o lugar de fala diz também sobre quais interesses são sobrepujados, dado que, nessa perspectiva, a ciência não é neutra: é histórica, social e situada (Carrieri & Correia, 2020), portanto, o lugar de fala não diz somente sobre a identidade individual das sujeitas e dos sujeitos, ao situar também a temporalidade, a sociedade e a cultura da qual se fala. Diante dessa organização social, constituída e reproduzida na contemporaneidade, por não sermos seres a-históricos. Desse modo, este trabalho contribui para o campo dos estudos organizacionais, ao problematizar perspectivas hegemônicas em Administração importadas de outros contextos sócio históricos de maneira acrítica e a-histórica, o que contribui para a manutenção da colonização do poder/saber/ser (Maldonado-Torres, 2019). Assim, esse ensaio visa contribuir para a descolonização dos estudos sobre trabalho, trazendo a perspectiva de intérpretes do Brasil, usualmente, silenciados na historiografia brasileira e ausentes na academia em administração, como Lélia Gonzalez e Jacob Gorender.

Para tal, este ensaio está dividido nessa introdução, seguida do tópico “Enegrecendo a história omissa”, no qual discutimos a perspectiva marxista sobre trabalho com alguns apontamentos iniciais sobre o contexto brasileiro. O segundo tópico, intitulado “Somos capitalistas, acabaram as opressões?”, traz a questão racial e de gênero e suas imbricações no capital e trabalho no período pós-abolição. O terceiro tópico “Neoliberalismo à brasileira” avança na contemporaneidade do modelo neoliberal à brasileira. No último tópico, “Reflexões para os estudos organizacionais”, apontamos considerações e proposições para estudos futuros.

Enegrecendo a história omissa

A literatura *mainstream* produz um silêncio ensurdecido e perverso sobre o processo de escravização. A acumulação primitiva europeia fora beneficiada, altamente, pelo tráfico negreiro (Gorender, 1990; Kilomba, 2010). Através da captura e diásporas, as pessoas, antes pertencentes ao continente africano, foram

escravizadas e animalizadas para comércio e colonização nas e das Américas (Davis, 2016; Gonzales, 1984). Tal silêncio, quando tangenciado, é representado por discursos como pirataria, descobrimento, mercantilização e demais adjetivos que nada dizem sobre processos de torturas, expropriação, assassinatos, estupros, desumanização condizentes com a escravização.

A Europa teve como molde pré-capitalista o sistema feudal (Marx, 2011). Sobre a análise da transição entre o sistema feudal e o capitalismo, na virada de época, encontramos autores preocupados com a discursividade pautada pelo protestantismo entre o profano e sagrado referente à lucratividade para acumulação de capital (Hirschman, 2002). Em outra vertente, a autora feminista europeia, Silva Federici (2017), aborda os processos da acumulação primitiva e problematiza a divisão sexual do trabalho. O feminismo abordado pela autora evidencia a acumulação primitiva, a partir de uma ordem patriarcal financeira, no qual, após múltiplas perseguições, violências e desestabilidades forçadas contra as mulheres, nos séculos XV e XVI, obtiveram como resultado o trabalho remunerado apenas para os homens.

Os corpos das mulheres foram arrastados para a esfera privada, cerceados pelo patriarcado e religiões, as mulheres foram legadas à reprodução e a família passou a ser modelo reprodutor e produtivo para novos trabalhadores da força capitalista (Federici, 2017; Fraser & Jaeggi, 2020). Em continuidade, Federici (2017) afirma que as mulheres foram exploradas no patamar "similar [d]a escravidão". Cabe dizer que a história pré-capitalista da Europa foi opressora para as mulheres da época supracitada, uma caça às bruxas violenta que, no entanto, se difere do contexto brasileiro e do sistema de escravização, para as mulheres negras e homens negros. Ainda que haja certa similaridade com às questões que atravessam o contrato social e sexual e (Pateman, 1993), e que possam ser consideradas e estendidas para às mulheres brancas, há diferenças de classe, raça e gênero entre o norte e o sul global.

Para mulheres negras e homens negros, o sistema escravista os colonizou, não como força de trabalho vendida livremente, pressuposto de trabalho livre para o modelo econômico e político capitalista (Marx, 2011). Nesse contexto, a força de trabalho, como mercadoria, fora subvertida por pessoas negras representados pela própria mercadoria desumanizada (Gorender, 1990). Somadas as violências pautadas em raça, inclusive erroneamente associada na época por um racismo biológico, às mulheres negras adiciona-se o patriarcado como condição formadora e diferenciadora de gênero (Gonzales, 1984; Hasenbalg & Gonzales, 1982; Silveira, Nardi, & Spindler, 2014).

Na construção do argumento lógico, Marx caminha para o conceito de mais valor produzido pela força de trabalho excedente pelo tempo de trabalho socialmente necessário (Marx, 2011). O que é socialmente necessário está imbuído em um espaço e tempo das condições sociais vigentes (Marx, 2011). Esses argumentos lógicos, ao serem realocados na história, tornam possível afirmar que o Brasil não possuía um sistema de trabalho com homens livres, até o fim do processo de escravização, pois, apesar de existirem homens brancos livres, esses homens livres produziam e se organizavam pelo modelo econômico e político do escravismo colonial, voltado à produção comercial (Gorender, 1990).

Para Marx, como supracitado, não importa "o que" se produz, mas "como" é produzido e com que meios de trabalho (Marx, 2011). Se, no eixo Europa, Marx

denuncia uma história marcada por traços de “sangue e fogo”, roubo e expropriação dos camponeses, para que esses se tornassem vendedores da sua força de trabalho (Marx, 2011), no Brasil, a denúncia de expropriação, praticada pelos lusos, se deu pelo roubo da humanidade, expropriação de terras dos povos originários, assassinatos, estupros, torturas e constantes ações de guerra (Gonzalez, 2018; Gorender, 1990).

A expropriação roubou, não somente, as terras, como também expropriou as identidades, as crenças religiosas, através da catequização cristã, e marcou, sim, com traços de “sangue e fogo” os povos brasileiros, a somar expropriações feitas por supremacistas racistas, pautadas em falaciosas ciências biológicas que justificavam a inferioridade dos povos negros (Gorender, 1990). A colonização, nessa perspectiva, não foi o que contam nos livros de ensino básico, não foi pacífica, nem mesmo um processo de descoberta. Importante salientar que esse processo de escravização não foi docilizado entre as pessoas escravizadas e os escravistas. Houve movimentos de lutas, resistências, suicídios e de aquilombamentos, sendo o mais referenciado o de Zumbi dos Palmares, no atual estado de Alagoas (Gorender, 1990; Hasenbalg & Gonzales, 1982).

Os movimentos de luta não podem, porém, serem postos em limiares de igualdade, quando pensamos as civilizações que aqui conviviam. Aos que buscavam se rebelar com violência contra a escravização, eram múltiplas as consequências sofridas. Alguns dos argumentos nesse sentido, são baseados em ausência de sentido imediato de unidade como classe. A saber, havia diferenças étnicas de tribos africanas, as quais foram escravizadas e forçadas a virem para o país (Gorender, 1990).

Em continuidade implementaram os sistemas constantes de tortura e vigília das mulheres e homens negros escravizados, já que a morte não era interessante para o “dono” da pessoa escravizada, dada a condição de mercadoria. Contudo, a execução era utilizada de forma “pedagógica” para os demais, quando o “proprietário” explorador se sentia ameaçado (Gorender, 1990). O conjunto das leis eram igualmente parte do processo mediador da civilização. Vale ressaltar que quem as faziam eram os interessados em que o sistema permanecesse como estava, por serem altamente lucrativos a seus interesses (Gorender, 1990).

O modelo econômico e político, produzido no processo comercial escravocrata brasileiro, para além do comércio central de pessoas escravizadas, se deu pelo comércio de matérias primas, como cana de açúcar e café, como também pelo processo de expropriação de minerais, como ouro, bronze e prata. Nesse momento, as pessoas escravizadas eram o centro de modelo de expropriação do seu direito a vida humanizada no Brasil, ao mesmo tempo que eram a mão de obra de produção manufaturada, eram escravizadas e eram a força de escravização utilizada para expropriação de minerais. O Brasil, como colônia se soma a acumulação primitiva europeia, representada pelos portugueses, os quais tiveram guerras e perdas internas, dentro do continente europeu.

Nesse sentido, enquanto o continente Europeu investia no modelo de revolução industrial, expropriação e modelo de produções que explorava as mulheres (Federici, 2017). Portugal proibia outros modelos políticos econômicos no Brasil, como exemplo, o Alvará proferido pela então Rainha Portuguesa Maria I que proíbe o estabelecimento de fábricas e manufaturas no Brasil.

“Eu a rainha [1]. Faço saber aos que este alvará virem: que sendo-me presente o grande número de fábricas, e manufaturas[2], que de alguns anos a esta parte se tem difundido em diferentes capitâneas do Brasil, com grave prejuízo da cultura, e da lavoura[3], e da exploração das terras minerais[4] daquele vasto continente; porque havendo nele uma grande e conhecida falta de população, é evidente, que quanto mais se multiplicar o número dos fabricantes, mais diminuirá o dos cultivadores; e menos braços[5]” (Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira, 2018)

Nesse contexto, para além das violências e expropriações praticadas, na Europa, para que aqueles trabalhadores se tornassem livres [livres do meio de produção, das mercadorias, das terras (Marx, 2011), através da expropriação do direito a reprodução para base da produção (Federici, 2017). Portugal, representando aqui o eixo de encontro colonial com o Brasil, se apropria e enriquece e produz “a acumulação primitiva” do capitalismo com os modos de colonização das Américas, que é escravista colonial (Gorender, 1990). E nesse modelo todas as formas de enriquecimento se dá por exploração de pessoas negras, no eixo colonial e império.

Com o surgimento do capitalismo na Europa, o modelo de escravismo colonial, enquanto modelo comercial começou a ser tencionado, não só internamente na colônia, como também pelo eixo norte, uma vez que, como afirmado por Marx (2011), para que o trabalhador possa produzir trabalho excedente, é preciso que o pressuposto de “liberdade” estivesse vigente. E isso não acontecia no modelo escravista colonial.

Ressaltamos que muitas rebeliões foram travadas em território brasileiro, sejam as tidas como radicais, formadas por pessoas escravizadas que promoviam fugas, aquilombamentos e mesmo reagiam as violências sofridas, como também por resistências das pessoas escravizadas com o status de “escrava/escravo ganho”, as/s que trabalhavam, recebiam e repassavam o valor esperado aos proprietários e trabalhavam a mais para comprar a liberdades através da alforria. Houve ainda as indignações que se davam na tensão da lei por representantes do Governo, os quais, mesmo em minoria, se manifestaram pela abolição (Gorender, 1990), dentre outros múltiplos processos de resistência.

Gorender (1990) afirma que a revolução abolicionista no Brasil pode ser considerada análoga à revolução burguesa na Europa, sendo que, após a sua instituição, pôde-se iniciar o processo capitalista brasileiro, “a partir do nível da acumulação originária de capital realizada nos quadros do escravismo colonial” (Gorender, 1990, p. 161). Para melhor compreendermos o significado desse processo, o cenário de extinção do escravismo como modelo comercial deve ser ressaltado em alguns pontos.

O primeiro é que, quando a Lei Áurea foi assinada, tratou-se de um reconhecimento do fim do comércio baseado no escravismo, contudo, as pessoas escravizadas já se encontravam, em sua grande maioria, libertas, seja por causa das resistências e lutas, ou por comprarem sua liberdade (Gonzalez, 2018; Gorender, 1990). Em segundo, é que, após a assinatura em termos da lei, não desapareceram como um passe de mágica todas as desigualdades construídas, significados simbólicos e lugares socialmente construídos para essas pessoas e seus descendentes (Carrieri & Correia, 2020; Gorender, 1990; Hasenbalg & Gonzales, 1982). Assim, a falta de reparação e as condições excludentes racializadas foram

perpetuadas na sociedade, mesmo com a alteração do modelo econômico de sociedade escravista para a sociedade hegemonicamente capitalista (Gonzales, 1984; Gorender, 1990; Teixeira, Oliveira, & Carrieri, 2020).

O capitalismo e a inseparabilidade do racismo, sexismo e colonialidade

A liberdade fora reconhecida por lei, porém, seria ingenuidade pensar que, após esses reconhecimentos por parte dos colonizadores, a transição para o modelo capitalista seria imediata, como também as hierarquias e desigualdades raciais e de gênero seriam esquecidas. Ao contrário, para a manutenção da estrutura social, a transição dos sistemas fora bastante gradual e controlada. Gorender (1990) aponta que a transição do capitalismo começa, no fim do século XIX, para o capitalismo agromercantil, e vai se consolidar, somente, após uma segunda revolução burguesa, iniciada em 1930 e assentada em 1950, por meio da indústria fabril. A mais, a relação com o eixo norte, nesse contexto histórico, nos tornou um país “atrasado” para adentrar no capitalismo como modelo econômico e político. Porém, voltemos às opressões internas do sistema, agora capitalista, e na afirmação de que é um sistema, o qual, além de lógico, é histórico: Como pensa-lo diante de opressões sistemáticas de um grupo que negou recursos para outro grupo da sociedade (Collins, 2019)?

Lélia (1988) argumenta que o grupo branco é o grande beneficiário da exploração da população negra, por meio do capitalismo branco, e mesmo os brancos, sem acesso às riquezas prévias acumuladas ou aos meios de produção, são beneficiados pelo racismo. Tal afirmação merece ser explicitada, ao pensar o mercado capitalista, em dois pressupostos: racismo e ‘reserva da reserva’, os quais são indissociáveis, porém, merecem pontuações peculiares.

Iniciamos pelo conceito de racismo, enunciado, previamente, como um racismo que se deu pela biologia, segundo o qual cientistas afirmavam diferenças biológicas entre brancos, orientais e negros. Contudo, tal afirmação foi constatada como errônea e fruto de um racismo científico (Munanga, 2009; Teixeira et al., 2020). O termo raça, atualmente, é então utilizado para demarcar construções sócio-históricas culturais produzidas (Teixeira et al., 2020). Nesse sentido, “o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes e inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertença” (Almeida, 2019, p. 34).

Importante destacar que, no Brasil, somos todos racializados, e, nesse sentido, não existe o negro em contraposição a uma suposta neutralidade de raça. Raça é construto social, o qual se constituiu e se constitui por diversas manutenções discriminatórias articuladas pela branquitude. A branquitude é então um lugar de “privilégio racial, econômico e político” e, como tal, perpetua a manutenção de privilégios e hierarquias sociais do branco (Bento, 2002; Cardoso, 2018). Em continuidade, destacamos o caráter sócio-histórico, e lembramos Maria Aparecida Bento (2002), quando nomeia os “pactos narcísicos da branquitude” nos quais, consciente ou inconscientemente, os racializados como brancos acionam, com o intuito de manter estruturas econômicas e políticas de poder. Por isso, é imprescindível situar a branquitude ante as opressões racistas.

O Brasil foi pautado pelo escravismo colonial, por três séculos e meio, e as políticas de reparações não foram feitas: ao contrário, deram lugar a outras discriminações, como os movimentos eugenistas, que associavam a “vadiagem” e a “criminalidade” a uma prática vinda da própria constituição biológica do negro (Gorender, 1990; Munanga, 2009). As poucas reparações que existem na atualidade, como políticas afirmativas nas universidades públicas, não são suficientes para aplacar as discriminações históricas (Schucman, 2010) e, por isso, ainda é preciso avançar, consideravelmente, em práticas antirracistas.

Para além da ausência de reparação, temos, no Brasil, o racismo por denegação, o qual ante a prática racista, no nível do inconsciente ou consciente, o indivíduo nega tal ação, ainda que, em atitudes, as pratiquem (Gonzalez, 2018). Essa ausência de discussão sobre o racismo pode ser referenciada no mito da democracia racial, denunciado pelo Unesco (Guimarães, 2006). Tal modelo foi instaurado como modelo de civilização, no qual, discursivamente, “somos todos iguais”, a passo que o casamento inter-racial, entre outras políticas, como a massiva imigração de europeus no pós-abolição, foi estimulado, na tentativa de embranquecer a população (Guimarães, 2006; Munanga, 2009). Assim, discursos negacionistas camuflam práticas racistas e discriminatórias latentes no cotidiano brasileiro perpetuando pacto narcísico da branquitude que se mantém com vantagens estruturais.

Para pensarmos o capitalismo, retomamos Marx (2011), quem já denunciava que o modelo econômico do capital avança em sua acumulação de maneira orgânica e possui raiz na matriz de capital previamente acumulado. Como descrito, no Brasil, tivemos como base da acumulação primitiva a colonização, em que pese sermos a nação colonizada e expropriada entre a relação colônia e império (Almeida, 2019). Nesse entrecho, adicionamos o conceito de exército de reserva, para compreendermos a discussão de raça imbricada no capitalismo brasileiro. O exército industrial de reserva é necessário para ser acionado de acordo com a necessidade do capitalismo, em diferentes épocas e por diferentes motivos (Marx, 2011).

Nessa lógica, a condição de exército de reserva dos trabalhadores pode ser utilizada quando o capitalismo precisa expandir e demanda de mão de obra. Bem como a condição de reserva é acionada para atender aos interesses da valorização do capital, ou melhor, da desvalorização do valor pago aos trabalhadores que estão ativamente a vender sua mercadoria, sendo a mercadoria a força de trabalho do trabalhador (Marx, 2011).

Nesse contexto, retomamos o lugar de fala e, em que pese seus méritos, lembramos que, quando Marx situava os conceitos, ainda que reconhecesse o processo de escravização em outros territórios, falava a partir de sua realidade como europeu. No Brasil, Gorender (1990) afirma que o exército de reserva foi constituído e sua manutenção feita pelos capitalistas industriais e agrários. Síncrono ao exército de reserva, se observa a especificidade brasileira, a qual, pelo racismo, significado primariamente com a cor da pele, constituiu a reserva da reserva (Gorender, 1990). Assim, o capitalismo perpetua a manutenção racista e excludente, produzindo trabalhadores com menores salários e diferenciados por uma construção sócio histórica pautada na raça. Tal especificidade se acomoda, de maneira que a reserva da reserva é lançada continuamente a trabalhar a favor do capital branco (Gonzalez,

2018), por ser a branquitude um lugar de poder socioeconômico e político (Bento, 2002).

Ressalvamos que falar do processo de transição de sociedade escravocrata, é igualmente importante pensarmos em gênero. Assim, gênero foi e é um marcador social e histórico produtor de disparidades no Brasil. Nesse contexto, relembramos que, para as mulheres brancas, o processo tem heranças europeias, através do processo de violência, nomeado caça às bruxas, e o resultado foi a subordinação às vontades do sistema patriarcal e capitalista (Federici, 2017). No Brasil, o marcador identitário de gênero foi constituído intrinsecamente ao modelo do escravismo colonial.

As mulheres brancas, as quais desembarcaram na América, passaram pelo processo de racialização como construção social, o que permitiu que as mesmas praticassem o racismo com mulheres e homens negros (Gonzales, 1984). Tais opressões, quando foram ressignificadas na transição do modelo econômico e político reorganizadas no modelo do capitalismo, permitiram a continuidade do racismo praticado pela branquitude (Bento & Silva, 2014; Cardoso, 2018). Durante o processo de escravização, as mulheres brancas oprimiam e exploravam as mulheres negras escravizadas em suas casas, por exemplo, por meio de castigos físicos, humilhações e as privavam de criarem seus filhos, as tornando amas de leite para alimentar seus filhos brancos (Collins, 2019; Gonzalez, 2018; hooks, 2018).

A sistematização de opressão de racismo entre mulheres é denunciada no Brasil, como também nos EUA (Collins, 2019; Gonzalez, 2018; hooks, 2018). Quando falamos das mulheres negras na América, para além do eixo estadunidense, vale ressaltar opressões racistas e de gênero na América afro latina (Loango, 2015). Por isso, é possível afirmar que, nas Américas, as mulheres negras possuem uma maior clivagem de opressões. Lélia (2018) ressalta a possibilidade de compreensão das opressões, ao assumir o conceito de “amefricanas”, por entender que as opressões raciais e patriarcais possuem similaridades por toda extensão do continente.

Sem adentrar nas diferenciações de todos os territórios da América, o que foge aos objetivos deste trabalho, recuperamos à particularidade brasileira. Nesse contexto, ainda na sociedade colonial, a mulher branca estava em condição social de superioridade tanto em relação à mulher negra quanto ao homem negro, dada a condição de mercadoria humana organizada por raça (Gonzales, 1984; Gorender, 1990; Hasenbalg & Gonzales, 1982). Em relação aos homens brancos, as mulheres brancas eram excluídas da esfera pública e não possuíam direitos civis (Pateman, 1993).

Entre os homens negros e mulheres negras, já nas senzalas, o racismo e o sexismo chegaram de maneiras diferentes. Embora muitas nações escravizadas fossem matriarcais ou mesmo gênero não organizada a sociedade como marcador social, como na Nigéria (Oyěwùmí, 2019). Em sua origem ou mesmo em seus processos de resistência, a senzala também assimilou a casa grande. Assim, os homens negros, ainda que vivendo em condições desumanas de extrema violência, e ainda que subordinados aos brancos e brancas, também assimilaram e exerceram o patriarcado para com as mulheres negras (Gonzales, 1984).

Essas cadeias de violência, mais que uma pirâmide de opressões, montaram uma marcada hierarquia social com nítidas reverberações em nossos tempos. O homem branco, colocando-se no topo da hierarquia, sistematizou as opressões e foi

o grupo identitário que mais se beneficiou com as opressões racistas, sexistas e imperialistas (Collins, 1998; Gonzalez, 2018; hooks, 2018). Oportuno dizer que esse processo de construção social de organização da hierarquia racial no Brasil não se deu apenas pela inferiorização da população negra e nativa (Bento & Silva, 2014; Munanga, 2009). A branquitude, após a sistematização das opressões, obteve vantagens baseadas na raça, buscando instituir a supremacia da raça branca (Bento, 2002). O resultado são desigualdades experienciadas no passado, reorganizadas no presente e clivadas nos processos de gênero, raça e classe no Brasil.

Dito isso, quando falamos de gênero, raça e classe, não pretendemos reforçar padrões dicotômicos, e sim negritar as opressões como intimamente imbricadas, de forma que não se pode fazer uma análise dessas dimensões de maneira isolada umas das outras (Hirata, 2014). O efeito pretendido é ressaltar a construção sócio histórica e cultural que estrutura e opera o capitalismo brasileiro (Almeida, 2019; Gonzalez, 2018; Gorender, 1990), seja em suas variantes neoliberais, sociais democratas, ou em outros modelos múltiplos passíveis de emergir.

Embora esse modelo econômico e político capitalista limite a ascensão social das ditas minorias, alguns rompimentos das barreiras históricas são possíveis, como exceções que confirmam a regra. Exemplos estes, por vezes, apropriados pelo sistema racista, patriarcal e imperialista, que se vale das exceções para poder reforçar discursos eugênicos e racistas, “do brasileiro como preguiçoso” ou “quem quer consegue” (Munanga, 2009), o que provoca um efeito de mito democrático e meritocrático. Diante desse contexto, proponho uma breve reflexão contemporânea, a partir das teorias sociais expostas, para que pensemos o neoliberalismo vigente

Neoliberalismo à brasileira

A trajetória, até aqui, nos leva a compreender o processo sócio histórico cultural brasileiro que estrutura raça, classe e gênero de maneira interseccional. Prosseguimos aqui na fluidez dos modelos capitalistas, enquanto modelos políticos econômicos na história. Nesse sentido, é possível pensar, por exemplo, a partir da França, um novo espírito do capitalismo, na medida em que entre crises, acomodações e cooptação da crítica, o modelo econômico se desenvolve (Boltanski & Chiapello, 2009). Nesse trecho, o espírito do capitalismo se organiza, de tal forma que mesmo as pessoas que vendem seu tempo como mercadoria, representadas pelo proletariado, se sentem impelidas a defender o modelo político econômico acumulador de riqueza para o capitalista. Podemos considerar a dinâmica organizativa como a “máquina do desejo” que absorve toda e qualquer ruptura crítica que tange o capitalismo (Deleuze & Guattari, 1995).

No movimento de modelos econômicos francês, recobramos o liberalismo, em franca expansão na era da revolução industrial. Em que pese que, nesse período, a lógica da não intervenção do Estado fora balanceada pela necessidade de consumo dos trabalhadores. Assim, mesmo que de maneira transitória, fora percebido o bem-estar social (Dardot & Laval, 2014). Avançamos para o momento pós-segunda guerra e a necessidade de (re)construir nações inteiras, abaladas por destruições de cidades, fome e mortes avalisou a social democracia como o próximo modelo vigente da ordem (Boltanski & Chiapello, 2009) do eixo norte ocidental do globo – relembrando que o Brasil não é lido como ocidente pelo eixo norte do globo. Ao

passo que, nos anos setenta, os discursos de austeridade, do malefício do estado intervencionista e a ideia de pessoas não produtivas eram ervas daninhas para a prosperidade da nação, possibilitou uma guinada, chamada hoje por alguns estudiosos, de neoliberalismo (Dardot & Laval, 2014).

O fracasso do modelo econômico político comunista, mesmo de modelos socialistas, corrobora com o discurso da necessidade de um capitalismo ‘feroz’, no qual a concorrência é motor empresarial, como também incorporada à identidade individual representada pelo *self made man* (Dardot & Laval, 2014). Essas análises são importantes e explicam, em parte, o movimento e as ditas crises e acomodações do modelo capitalista. Contudo, é importante perguntar sobre o que não é dito e expor que, ao pensarmos esses modelos, estamos falando do eixo norte ocidental como modelo homogêneo internacional. Por isso, destaco como pensar essas crises, apropriações e acomodações no Brasil.

É como, se no modelo dos múltiplos espíritos do capitalismo, os discursos se apropriassem e se (re)vestissem, não só quando pensamos modelos financista e produtivista do capital, representado pelos bens, dinheiro e consumo (Boltanski & Chiapello, 2009). Em continuidade, a ‘astúcia’ vai além, engendra e remodela os eixos império - colônia, trabalho reprodutivo - trabalho produtivo, ‘senhor’ - pessoa escravizada, primeiro mundo e terceiro mundo, país desenvolvido e país subdesenvolvido. Para tal, o espírito do capitalismo se apropria das desigualdades históricas nos múltiplos eixos do mundo.

De maneira não dicotômica, é preciso se atentar à dinâmica fluidez dos discursos que moldam e desmoldam as sociedades. De certa forma, silenciosos, pois, após uma ‘luta’ contra hegemônica aparentemente ganha, a máquina capitalista, racista e cisheteropatriarcal ganha um novo escopo. Nos tópicos anteriores, resgatamos modelos de expropriação baseados em raça, em supremacia imperial, em relações de gênero. a partir de agora, trazemos o Brasil como centro da questão. Para isso, o que é considerado neoliberalismo passamos a caracteriza-lo, “neoliberalismo brasileira”, com o conceito de necropolítica (Mbembe, 2018), ou necroliberalismo.

O necroliberalismo, como política da morte, reforça lugares de morte na sociedade política e econômica (Almeida, 2019; Mbembe, 2018). A novidade da nova roupagem do necroliberalismo é que outras pessoas e sociedades passam a experimentar a política da morte com o fazer morrer pelas políticas de estado (Almeida, 2019; Mbembe, 2018). Nesse contexto, a nova razão do mundo, nos coloca um componente expressivo nos jogos de poder pela vida. O liberalismo antes pautado no consumo e no bem-estar, desaparece (Almeida, 2019). A perversidade imbuída no espírito do capitalismo reaparece (Boltanski & Chiapello, 2009). Como responsabilizar um sistema em que discursivamente, enquanto sociedade, fomos convencidos que ‘foi sempre assim’ e como atacar um sistema perfeito em suas imperfeições é um desafio atual da sociedade.

A tragédia se repete em forma de supremacia forjada como império. Não mais um império explícito entre reis, rainhas, aristocratas, clero e súditos. Como afirmado, a máquina estruturante muda de forma (Deleuze & Guattari, 1995). Na atualidade, a supremacia pode ser reforçada na figura de líderes populistas, brancos. A título de exemplo, no Brasil, a identidade religiosa, eclesiástica, é repetida como forma de gestão da fé na política. Messias, alguns dizem. E assim, o estado ataca a população, com o modelo de gestão necropolítico, e negam o direito à vida, como

também reforçam a morte. Em completude, o necrobiopoder é reconhecido por pessoas que o estado faz viver e faz morrer (Bento, 2018). Em contraste com o liberalismo, no qual o modelo político econômico fora reconhecido pelo *laissez faire*, na atualidade, o 'neo' modelo liberal, age e assim o estado interfere na vida e na morte (Bento, 2018; Dardot & Laval, 2014).

A relação desse modelo com o neoliberalismo a brasileira, o necroliberalismo, permite que o estado escolha quem vai morrer e quem vai viver. E nesse arquétipo político social, temos como resultado o ataque a democracia que em teoria nos faz cidadãos de mesmos direitos. Contudo, quais seriam esses mesmos direitos que não foram produzidos de maneira equitativa. No Brasil, nunca tivemos um modelo de democracia racial (Almeida, 2019; Guimarães, 2006). A sistemática excludente de acesso a direitos básicos, garantidos em constituição, como saúde, educação, saneamento básico, moradia, leva à população negra a questões de vulnerabilidade social, e as mais atingidas em epidemias (Almeida, 2019). Situação vívida neste momento, no qual o mundo atravessa uma pandemia populações vulneráveis são sistematicamente mais atingidas (Plotnikof et al., 2020). O que nesse contexto, podemos afirmar ser um projeto, não apenas um acaso desconhecido. Pois, a ausência de direitos democráticos, políticas de austeridade, eliminação do cuidado social são ações do estado.

Vejamos bem, se conseguimos identificar que o modelo político econômico de escravidão colonial deixou profundas marcas de desigualdades no país, reforçada ainda por desigualdades generificadas, com qual peso e medida, o modelo neoliberal reforça as desigualdades? Qual o ponto de partida desse 'faça você mesmo', quando temos pessoas negras que estão à margem há 521 anos? Como traçar uma sociedade justa, em que os corpos das mulheres são objetificados em prol da reprodução de corpos saudáveis que sirvam ao capitalismo? Como romper com dinâmica de gênero racista que mantêm as mulheres negras em trabalhos subalternizados para que mulheres e homens brancos possam trabalhar no sistema produtivo?

Diante da repetição da história como catástrofe alguns cientistas retomam a possibilidade de repensar e romper o capitalismo como modelo econômico. Baseada na democracia e nos comuns, espaços nas políticas representadas equitativamente pela sociedade (Dardot & Laval, 2017). Bem como, o reforço de lutas comunistas, lutas antirracistas, antissexistas, antifascistas, antinacionalistas, *queer*, ativistas, que prezem por justiça social e levantam como bandeira a ruptura das estruturas (Davis, 2016). Sendo assim, seria possível democraticamente criar um novo modelo de organizar que não seja ancorado no continuum de produção das desigualdades. Por fim, reconhecer as divergências, e estar aberto a críticas, é princípio de todo e qualquer modelo que se assume democrático. Em conjunto, é essencial afirmar a maior questão que transpassa e atravessa a justiça social. É a concordância de que o estado nação não pode perpetuar ativo na morte de populações que a necropolítica intitula marginais.

Reflexões para os Estudos Organizacionais

Esse ensaio teórico buscou refletir sobre neoliberalismo contemporâneo brasileiro. Para tal, resgatamos a história do Brasil a partir da narrativa das autoras e autores postos, marcada por opressões, as quais foram, sistematicamente,

engendradas e convergiram em estruturas racistas, capitalistas e heterocispatriarcais. Como apontado nas sessões anteriores, não se pode discutir capitalismo na sociedade brasileira sem levar em consideração a sua trajetória histórica e social. Desse modo, a importação de modelos e teorias pode ser utilizada, porém precisa ser feita de maneira crítica e levando em consideração as peculiaridades do nosso contexto de formação enquanto sociedade.

Na miríade de pontos reflexivos sobre a historiografia brasileira, ao que tange o capitalismo e a indissociabilidade entre classe, gênero e raça (Gonzalez, 2018; Hirata, 2014; Gorender, 1990). Nesse sentido, quando pensamos o contemporâneo é indissociável problematizar a branquitude como lugar de poder na sociedade brasileira. Ademais, por meio dos pactos narcísicos da branquitude os sistemas racistas estruturantes são articulados e (re)produzidos. Diante de um cenário, nada otimista, o qual indica uma catástrofe social econômica e política, como repensar as organizações situadas no modelo necroliberal, sedentas pelo pote de ouro do fim do arco íris.

Permitir-se questionar o status quo pode ser o início da convergência de discursos que se aproximam da justiça social. Nesse fio condutor, ampliamos os indicadores de hierarquia social podemos voltar as lentes analíticas para dentro das organizações. Encontramos, por exemplo, as diferenças salariais baseadas em gênero e raça, proporcionando uma manutenção econômica excludente. Assim temos, em questões salariais, o homem branco como no alto da pirâmide financeira, ocupando cargos de maior prestígio e remuneração, seguido pela mulher branca, que devido a questões de gênero não consegue alcançar igualdade junto aos homens brancos, sendo destinada a cargos de menor prestígio e menor remuneração, além de áreas voltadas a construções sócio- históricas do cuidado, o homem negro, na questão de raça, legado a cargos mais técnicos e operacionais, menor remunerado, remontando a construções do homem negro como força de trabalho braçal e não intelectual, e na base da pirâmide a mulher negra, interseccionada em opressões de gênero e raça, com as menores remunerações, cargos mais subalternizados na hierarquia organizacionais, isso quando não ocupa somente a área da limpeza e da cozinha (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA] (2017); Georges & Maia, 2017).

É necessário refletirmos os espaços organizacionais embebidos na lógica necrocapitalista tanto como reveladores quanto (re)produtores do racismo e do sexismo e do classismo, para assim possibilitar mudanças. Como ilustração, propomos algumas reflexões. Quem são as pessoas que trabalham na limpeza das organizações? Quem são as pessoas que estão servindo? Quem está no chão de fábrica e quem está no topo da hierarquia organizacional? Quem são as pessoas que tomam as decisões? Quem consome os produtos ou serviços? Quem são seus pares? Quais são as imagens representadas na mídia? Quem cuida de quem cuida? Quem são os corpos autorizados e forçados a morrer em tempos de pandemia?

Para muitas dessas questões diversas pesquisas nos estudos organizacionais vêm sendo publicadas com riqueza de detalhes. A saber, as mulheres negras reificadas como empregadas domésticas, análoga as mulheres escravizadas e absorvidas pela casa grande (Gonzalez, 2018; Teixeira, Saraiva, & Carrieri, 2015). As organizações da cidade por meio de empreendimento como os *shopping centers*, espaços que reproduzem a exclusão dos corpos negros, (Teixeira & Barros, 2016). O *marketing* como reforço de sistemas racistas (Machado, Bazanini, & Mantovani, 2018). O empreendedorismo das pessoas negras ao se inserir na lógica imperialista do *self made man* e as emergentes dificuldades encontradas para empreender a

partir de produtos étnicos (Rezende, Mafra, & Pereira, 2018). As mulheres com a diferença salarial imposta por gênero e mesmo a dificuldade de acesso da dupla clivagem de gênero e raça à altos cargos executivos (Madalozzo, 2011; Souza & Dias, 2018). Dentre outros estudos que denunciam as diferenças reforçadas de acordo com as identidades raciais e de gênero.

Porque é importante pensar organizações que se engajam em propostas antirracistas, feministas e antiexcludente? Muitas podem ser as respostas para essa pergunta. Podemos acionar conceitos acadêmicos, discursos éticos, senso de coletivo, discursos sociais, dentre outros. Propomos então que respostas sejam tencionadas a partir das seguintes perguntas: Ao reconhecermos as diferenças produzidas pelo sistema sócio histórico econômico e político brasileiro, quais serão os próximos passos possíveis a partir das organizações? É possível modificar o modelo hegemônico? Ou, ainda dentro da lógica capitalista, é possível minimizar os efeitos de gênero e raça na exploração do capital? É preciso romper e reinventar os modos organizativos?

Quais compromissos as empresas estarão dispostas a se engajar a fim de modificar e possibilitar um Brasil anti excludente? Incluir a partir da gestão da diversidade (Ferreira et al., 2015) têm se mostrado limitado, porque a responsabilidade de superar todas as barreiras sócio histórias recaem sobre o indivíduo e as empresas absorvem apenas o "vencedor", caindo na falácia da meritocracia. O que como repetido ao longo do trabalho permite o fazer morrer dos corpos não produtivos. Ao constatar a sistematização excludente é proposto pensarmos o poder de agências organizativas, ainda que como modelos de resistência, comprometidas com reparações e justiça sociais.

Nesse contexto, evidenciamos algumas proposições que, por exemplo, passam por parcerias com o poder público para investimento e capacitação da força de trabalho nas periferias; pressão para o poder público investir em educação de qualidade. Apoio a políticas de cotas no setor público e privado, bem como outras políticas de reparações. Sendo essas medidas importantes para movimentar a hierarquia das funções. E dentro das mesmas funções a política e compromisso de salários igualitários entre gênero e raça.

Por fim, propomos estudos futuros sobre trabalho e o necrocapital nos estudos organizacionais, sob múltiplas vertentes, que utilizem: (1) uma abordagem pós-colonial, ou seja, que leve em consideração o passado colonial e escravocrata como fundante da sociedade brasileira e que gera implicações para o contexto atual; (2) uma perspectiva decolonial, uma vez que, apesar de enquanto nação não sermos mais colônia, enquanto produção e reprodução de conhecimento ainda somos uma sociedade (e academia) colonizada, e que para avançar preciso fundar nossas próprias bases de poder/saber; (3) novas metodologias, decoloniais e interseccionais, que reconheçam sujeitos e não meros objetos de pesquisa, que não desumanizem e reforcem desigualdades e hierarquias; e (4) uma abordagem teórico-metodológica e ativista de interseccionalidades, que abranja todas as formas de opressão e que não as hierarquize, além de reconhecer a não neutralidade da ciência e da pesquisa, afim de avançar nas discussões críticas.

Referências

Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. In D. Ribeiro (Coord.) [Coleção Feminismo Plurais], São Paulo: Pólen.

- Almeida, S. (2019). *O que é racismo estrutural*. São Paulo: Editora Pólen.
- Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira (2018). *Alvará que proíbe as fábricas e manufaturas no Brasil*. Recuperado em 04, dezembro, 2021, de http://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3674&catid=145&Itemid=286
- Bento, B. (2018). Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? *Cadernos Pagu*, (53). <https://doi.org/10.1590/18094449201800530005>
- Bento, M. A. S. (2002). *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresarias e no poder público*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Bento, M. A. S. (2014). Branqueamento e branquitude no Brasil. *Anais do Evento Racismo Institucional: Fórum de Debates – Educação e Saúde*, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Boltanski, L., & Chiapello, È. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. (I. C. Benedetti, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Cardoso, L. (2018). A branquitude acadêmica, a invisibilização da produção científica negra e o objetivo-fim. In L. Goes (Org.) *130 anos de (des)ilusão: a farsa abolicionista em perspectiva desde olhares marginalizados* (Vol. 1, p. 287). Belo Horizonte: Editora D'Plácido.
- Carrieri, A. P., & Correia, G. F. A. (2020). Estudos Organizacionais no Brasil: Construindo acesso ou replicando exclusão? *Revista de Administração de Empresas*, 60(1), 59–63. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020200107>
- Collins, P. (1998). It's All In the Family: Intersections of Gender, Race, and Nation. *Hypatia*, 13(3), 62-82. doi:10.1111/j.1527-2001.1998.tb01370.x
- Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminismo negro*. (J. P. Dias, Trad.). São Paulo: Boitempo.
- Crenshaw, K. (2004). *A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero*. Recuperado em 16, nov, 2021, de <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>
- Dardot, P., & Laval, C. (2014). *A nova razão do mundo*. (M. Echalar, Trad.). São Paulo: Boitempo.
- Dardot, P., & Laval, C. (2017). *Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI*. (M. Echalar, Trad.) São Paulo: Boitempo.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, Raça e Classe*. (Vol. 1). São Paulo: Boitempo.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). *Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia*. (Vol. 3) São Paulo: Editora 34.

- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (Coletivo Sycorax, Trad.) [Vol. 1]. São Paulo: Elefante.
- Ferreira, J. B., Sadoyama, A. S. P., Correia, A. F. C., & Gomes, P. A. T. P. (2015). Diversidade e gênero no contexto organizacional: um estudo bibliométrico. *Revista Pensamento Contemporâneo Em Administração*, 9(3), 45.
- Fraser, N., & Jaeggi, R. (2020). *Capitalismo em Debate: uma conversa na teoria crítica*. (N. Bressiani, Trad.). São Paulo: Boitempo.
- Georges, R. & Maia, K. (2017). *A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras*. São Paulo: Oxfam Brasil.
- Gonzales, L. (1984). Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 223–243.
- Gonzalez, L. (2018). *Lélia Gonzalez: Primavera para as Rosas Negras*. São Paulo: Filhos da África.
- GONZALEZ, L.(1988) A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, N°92/93 (jan./Jun p.69-82
- Gorender, J. (1990). *A Escravidão Reabilitada* (23ª ed.). São Paulo: Editora Ática.
- Guimarães, A. S. A. (2006). Depois da democracia racial. *Tempo Social*, 18(2), 269–287. <https://doi.org/10.1590/s0103-20702006000200014>
- Hasenbalg, C. A., & Gonzales, L. (1982). *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero.
- Hirschmn, A. (2002). *As paixões e os interesses: Argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, 26(1), 61-73. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>
- hooks, b. (2018). *Não serei eu mulher?* Lisboa: Orfeu Negro.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2015). *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015*. Recuperado em 13, out, 2021, de <https://bancariosdf.com.br/portal/wp-content/uploads/2017/03/retrato-das-desigualdades-de-genero-raca.pdf>
- Kilomba, G. (2010). *Plantation Memories. Episodes on Everyday Racism*. (2nd ed.) Münster, Germany; Unrast Verlag
- Gonzalez, L. (2018). *Lélia Gonzaçez: Primavera para as Rosas Negras*. São Paulo: Filhos da África.

- Loango, A. O. (2015). African Descents in Argentina: The Emergence of a New Actor in the Country's Political and Educational Agenda. *Revista Colombiana de Educación*,(69), 17– 157.
- Machado, C., Júnior, Bazanini, R., & Mantovani, D. M. N. (2018). The myth of racial democracy in the labour market: a critical analysis of the participation of afro-descendants in Brazilian companies. *Organizações & Sociedade*, 25(87), 632–655. <https://doi.org/10.1590/1984-9250875>
- Madalozzo, R. (2011). CEOs e composição do conselho de administração: a falta de identificação pode ser motivo para existência de teto de vidro para mulheres no Brasil? *Revista de Administração Contemporânea*, 15(1), 126–137. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000100008>
- Marx, K. (2011). *O Capital - Crítica da economia política*. [Livro 1] (R. Enderle, Trad.) (2ª ed.). São Paulo: Boitempo.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. (R. Santine, Trad.). Rio de Janeiro: Artes & Ensaios.
- Maldonado-Torres, N (2019) Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: J. Bernardino-Costa, N. Maldonado-Torres, & R. Grosfogue (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento Afrodiaspórico*. (27-53.) [Coleção Cultura Negra e Identidades]. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Munanga, K. (2009). *Negritude - Usos e sentidos*. (3ª ed.). [Coleção Cultura Negra e Identidades]. São Paulo: Autêntica Editora.
- Oyèwùmí, O. (2019) Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas In: J. Bernardino-Costa, N. Maldonado-Torres, & R. Grosfogue (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento Afrodiaspórico*. (pp. 223-247) [Coleção Cultura Negra e Identidades]. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Pateman, C. (1993). *O Contrato Sexual*. (M. Avancini, Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Plotnikof, M., Bramming, P., Branicki, L., Christensen, L. H., Henley, K., Kivinen, N. Amsterdam, N. (2020). Catching a glimpse: Corona-life and its micro-politics in academia. *Gender, Work & Organization*, 27(5), 0–2. <https://doi.org/10.1111/gwao.12481>
- Rezende, A. F., Mafra, F. L. N., & Pereira, J. J. (2018). Black entrepreneurship and ethnic beauty salons: possibilities for resistance in the social (re)construction of black identity. *Organizações & Sociedade*, 25(87), 589–609. <https://doi.org/10.1590/1984-9250873>
- Schucman, L. V. (2010). Racismo e Antirracismo: A categoria raça em questão. *Psicología Política*, 10(19), 41–55.

- Silveira, R. S., Nardi, H. C., & Spindler, G. (2014). Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência de gênero. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 323–334. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000200009>
- Souza, A. A., & Dias, R. C. P. (2018). Merit is not for everyone: the perception of black managers about their process of career mobility. *Organizações & Sociedade*, 25(87), 551–567. <https://doi.org/10.1590/1984-9250871>
- Teixeira, J. C., & Barros, A. N. (2016). Os rolezinhos em *shopping centers*: reflexões sobre o que agregam e em que desafiam os estudos dos shoppings como espaços de segregação social e urbana. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, 3(2), 101–126. <https://doi.org/10.21583/2447-4851.rbeo.2016.v3n2.80>
- Teixeira, J. C., Oliveira, J. S., & Carrieri, A. D. P. (2020). Por que falar sobre raça nos estudos organizacionais no Brasil? Da discussão biológica à dimensão política. *Revista Perspectivas Contemporâneas*, 15(1), 46–70.
- Teixeira, J. C., Saraiva, L. A. S., & Carrieri, A. P. (2015). Os lugares das empregadas domésticas. *Organizações & Sociedade*, 22(72), 161-178. <https://doi.org/10.1590/1984-9230728>